



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.  
TEL.: (038) 3233 1659.

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

**1. SETOR REQUISITANTE (SECRETARIA/DEPARTAMENTO):** Diretoria.

**2. E-mail:** previbrejo@gmail.com

**3. OBJETO:** FORNECIMENTO DE ALIMENTOS- AQUISIÇÃO DE LANCHES DIVERSOS E OUTROS PRODUTOS DE PADARIA E CONSUMO AFINS PARA O PARA ATENDER O PREVIBREJO – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

**4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:**

- ( ) Serviço não continuado;
- ( ) Serviço continuado;
- ( X ) Material de Consumo;
- ( ) Material permanente/equipamento

**5. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:**

- ( ) Modalidades da Lei n.º 14.133/2021: (especificar a modalidade: \_\_\_\_\_)
- ( X ) Dispensa/Inexigibilidade
- ( ) Adesão à IRP de outro Órgão
- ( ) Adesão à Ata de Registro de Preços de outro Órgão.

**6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO**

O presente Termo de Referência tem por objeto o fornecimento de coffee break, coquetéis, lanches prontos e itens para preparação de lanches em diversos cursos, treinamentos e eventos destinado aos servidores bem como lanche da tarde para os mesmos, palestras, eventos e reuniões.

Enfim, o presente objeto se destina a atender a todas as demandas quando necessário a aglomeração de determinado número de pessoas em eventos e reuniões realizadas pelo e para o Instituto. É certo que estes eventos geralmente demandam tempo e dedicação de todos, não sendo possível muitas das vezes que saiam para produzir ou comprarem seus alimentos, sendo assim, nada mais justo que lhes sejam oferecidos pelo PREVIBREJO.

7.	DESCRIÇÃO	DO	MATERIAL/EQUIPAMENTO/SERVIÇO/
	UNIDADE/QUANTIDADE	A SER	CONTRATADO/ VALOR ESTIMADO
	UNITÁRIO		





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.  
TEL.: (038) 3233 1659.

Lote 01	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT MÉDIO	VALOR TOTAL
001	PÃO FRANCÊS	KG	30	15,38	
002	BISCOITO DE QUEIJO	KG	25	38,76	
003	PÃO DOCE	KG	30	15,20	
004	SALGADOS ASSADOS (RECHEIOS DIVERSIFICADOS) MINI	UNID	1000	0,82	
005	SALGADOS FRITOS (RECHEIOS DIVERSIFICADOS) – MINI	UNID	1000	0,78	
006	BISCOITOS (PALITO)	KG	25	38,30	
007	BOLO REDONDO	KG	10	20,60	
008	MANTEIGA 200GR	UNID	12	29,84	
009	TORTA DE FRANGO	KG	10	36,55	
010	ENROLADINHO DE FRANGO	KG	10	32,34	
011	MUSSARELA	KG	5	37,11	
012	PRESUNTO	KG	7	28,66	
013	REFRIGERANTE, bebida não alcoólica, não fermentada, e	UNID	30	11,56	
014	LEITE INTEGRAL UHT HOMOGENEIZADO E	UNID	10	5,66	

**8. DATA PREVISTA PARA UTILIZAÇÃO/EXECUÇÃO:** janeiro a dezembro de 2024.

**09. VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO:** R\$ 6.486,45 (Seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

**10. INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

**I) SERVIDOR DESIGNADO PARA AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO:** Elvis Henrique Ruas Rodrigues

**II) INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:** Elvis Henrique Ruas Rodrigues

**III) INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:** Varcilia Martins Rocha

**Autorizo a compra dos materiais/serviços acima solicitados:**

19 de janeiro de 2024.

**DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIBREJO**  
Elvis Henrique Ruas Rodrigues





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1. A proposição deste Termo de Referência visa a contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de lanches e produtos de padaria para o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Francisco Sá - PREVIBREJO.

### 2. OBJETO:

**“FORNECIMENTO DE ALIMENTOS- AQUISIÇÃO DE LANCHES DIVERSOS E OUTROS PRODUTOS DE PADARIA E CONSUMO AFINS PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIOS DE FRANCISCO SÁ”**

### 3. FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

### 4. JUSTIFICATIVA:

O presente Termo de Referência tem por objeto o fornecimento de coffee break, coquetéis, lanches prontos e itens para preparação de lanches em diversos cursos, treinamentos e eventos destinado aos servidores bem como lanche da tarde para os mesmos, palestras, eventos e reuniões.

Enfim, o presente objeto se destina a atender a todas as demandas quando necessário a aglomeração de determinado número de pessoas em eventos e reuniões realizadas pelo e para o Instituto. É certo que estes eventos geralmente demandam tempo e dedicação de todos, não sendo possível muitas das vezes que saiam para produzirem ou comprarem seus alimentos, sendo assim, nada mais justo que lhes sejam oferecidos pelo PREVIBREJO.

### 5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
001	PÃO FRANCÊS	KG	30		
002	BISCOITO DE QUEIJO	KG	25		
003	PÃO DOCE	KG	30		
004	SALGADOS ASSADOS (RECHEIOS DIVERSIFICADOS) – MINI	UNID	1000		
005	SALGADOS FRITOS (RECHEIOS DIVERSIFICADOS) – MINI	UNID	1000		
006	BISCOITOS (PALITO)	KG	25		
007	BOLO REDONDO	KG	10		
008	MANTEIGA 200GR	UNID	12		
009	TORTA DE FRANGO	KG	10		
010	ENROLADINHO DE FRANGO	KG	10		
011	MUSSARELA	KG	5		





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

012	PRESUNTO	KG	7		
013	REFRIGERANTE, bebida não	UNID	30		
014	LEITE INTEGRAL UHT	UNID	10		

## 6. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

6.1. Conforme exigência legal contida no art. 23 da Lei nº 14.133/21, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Francisco Sá realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 03 (quatro) empresas do ramo do objeto licitado, bem como buscou contratações similares feitas por outros órgãos da Administração Pública para apuração do preço estimado para a despesa.

6.2. O critério de aceitação das propostas será o Menor Preço por lote/global, levando-se ainda em consideração as especificações do objeto bem como a qualidade dos mesmos.

### 6.3. JUSTIFICATIVA PARA A FORMAÇÃO DO LOTE:

Haverá o agrupamento dos itens, conforme a especificação do objeto a ser licitado, por tratar-se da aquisição de mesma natureza, juntamente com o fornecimento de lanches e produtos de padaria, garantindo a qualidade e responsabilidade contratual.

Quanto a questionamento futuros, sobre restrições de competitividades, fica assegurado à ampla concorrência, sendo que os procedimentos licitatórios serão na forma eletrônica, cabendo à empresa adequar-se as necessidades do órgão, conforme sua qualificação técnica no mercado.

A aquisição constituirá em grupo, onde o licitante ofertará lance para o preço global do grupo.

Justifica-se a aquisição dos lanches, produtos de padaria e afins pelo mesmo fornecedor em razão da alta perecibilidade dos produtos, ou seja: são itens que podem estragar em menos de 24h.

Além disso, é sabido que para atingir a finalidade do procedimento: adquirir lanches para eventos, reuniões realizadas pelo instituto, todos os itens necessários devem ser entregues no mesmo dia e horários agendados. Neste sentido, a divisão do procedimento por itens tornaria impossível tal programação, fazendo que não se atinja este objetivo. Além de um maior desgaste com pessoal, planejamento e dispêndio de recursos.

Ademais, o agrupamento em lote evitará o descumprimento do contrato por parte de fornecedores diversos.

É notório que nas contratações públicas há demonstração pelo zelo, eficiência, eficácia e efetividade, respeitando o princípio da economicidade balizado ao princípio da legalidade e da legitimidade (CF, Art. 70, “caput”), razão pela qual, optou-se pelo agrupamento dos itens a serem licitados conforme suas especificidades, onde cada grupo terá uma única empresa especializada, considerando que ao contratar desta forma reduzem-se os gastos, facilita a aquisição e proporciona uma melhor fiscalização pelo órgão.

Da defesa pelo agrupamento dos itens, pontua-se:

- A administração busca licitar sobre o regime de agrupamento de itens, devido à possibilidade de fracasso (perda) caso o objeto seja dividido, ocasionado pela singularidade de alguns itens. Para a administração a perda de itens na adjudicação, representa um grande dano, do ponto de vista que toda compra ou prestação de serviço é feita sobre medida, compreendendo a necessidade do exercício administrativo.
- O desmembramento do objeto em itens específicos visa tão somente à individualização, discriminação e dimensionamento dos custos e formação dos preços. Nenhum dos itens poderia ser utilizado independente ou isoladamente, visto que são complementares da mesma natureza e interdependentes, devendo ser contratados simultaneamente, combinados em





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

dimensões e natureza de acordo com as circunstâncias que o caso completo requeira razão pela qual devem ser impositivamente atribuídos a uma única contratada.

- Acaso fosse utilizada a modalidade de julgamento por item, poderia ocorrer a hipótese de diversas empresas operacionalizando o fornecimento de itens em momentos diversos, sendo que seriam necessários ao mesmo tempo, em uma reunião, por exemplo.
- Contratar com uma única empresa para a aquisição dos produtos, pode promover uma maior integração e coordenação, garantindo uma abordagem mais consistente e alinhada aos objetivos do procedimento, com maior probabilidade de alinhamento de horários de fornecimento, qualidade, padronização e menos custo com a fiscalização.

**TÉCNICA E ECONOMICAMENTE VIÁVEL:** Por se tratar de fornecimento de natureza sem complexidade técnica, é viável que não haja o parcelamento do objeto em diversos itens e sim de forma agrupada conforme sua natureza, visto que a divisão dos fornecimentos por várias empresas implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los/contatá-los, seja para geri-los. Esta Administração optou em organizar as aquisições em grupo, pois verificou-se que o processo se torna técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala. Além dos motivos ora mencionados, ponderou-se que o agrupamento dos itens permite ganhos maiores na eficiência e eficácia do gerenciamento e execução dos fornecimentos, porquanto a exigência/cumprimento de prazos de execução, reposição de materiais e relacionamento com uma única contratada permite maiores benefícios à Administração Pública.

Portanto, justifica-se o julgamento por grupo considerando que a junção dos itens os concentrando em grupos específicos, dando chances aos licitantes de um maior planejamento em suas propostas de preços e lances e, conseqüentemente, favorecendo a Administração no momento da negociação, considerando que o agrupamento de itens, neste caso, torna o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação.

## **7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:**

### **7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

7.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **7.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

## **7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

7.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor

## **7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

7.4.1. Comprovação de aptidão (da pessoa jurídica) para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**a) Demonstrar que a empresa licitante já tenha fornecido lanches e/ou produtos de padaria.**

**Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.**

## **8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

8.1. A contratação será temporária e seguirá os trâmites legais e jurídicos do Instituto. O contrato administrativo terá vigência até o dia 31/12/2024, a contar de sua assinatura.

## **9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

9.1.A fiscalização e conferência do objeto deste certame serão realizados por um servidor indicado pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Francisco Sá, observados os arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/2021.

9.2.O Contratado deverá entregar os produtos na sede do PREVIBREJO em até 24 horas após o recebimento da Ordem de fornecimento, dada a perecibilidade dos mesmos.

9.2.1. A Administração também poderá agendar dias e horários específicos para as entregas, considerando a realização de eventos e reuniões.

9.3.Na ocorrência de atrasos no fornecimento, o PREVIBREJO poderá aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência, no Contrato Administrativo e na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

9.4.Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a)Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b)Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

c)Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## 10. DA FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será feito de forma mensal, em até 10 dias úteis, mediante a comprovação e regular entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

10.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10.4. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta dispensa, sem quaisquer ônus para Administração. Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta dispensa, serão realizados nas condições exigidas, por procedimento legal, mediante a entrega da respectiva nota fiscal acompanhada das respectivas CND's Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS, que deverá estar devidamente liquidada, pelo Setor responsável.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1.O Contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

### 11.2. Das obrigações da Contratada:

11.2.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta dispensa de licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato e conforme Termo de Referência;

11.2.2. Fornecer os produtos, conforme especificações do objeto e no prazo descrito no item 9 acima.





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

- 11.2.3. Atender os chamados do PREVIBREJO quando da realização de eventos e reuniões;
- 11.2.4. Responder perante o PREVIBREJO, mesmo no caso de ausência ou omissão da contratada, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- 11.2.5. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos produtos ofertados, garantindo seu perfeito desempenho.
- 11.2.6. Levando em consideração que o contrato será executado de acordo com as demandas solicitadas pelo PREVIBREJO, deverá ser disponibilizado telefone, whatsapp e e-mail para contatos a serem realizados, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, para fazer as entregas das demandas pontualmente na sede do PREVIBREJO.
- 11.2.7. As demandas devem ser executadas em até 24 horas, após a solicitação.

## 11.3. Das Obrigações da Contratante:

- 11.3.1. Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a prestação do serviço.
- 11.3.2. Efetuar, os pagamentos relativos ao objeto contratado, conforme determina este Contrato Administrativo e o Termo de Referência.
- 11.3.3. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de análise das propostas.
- 12.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

- 12.1.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.1.14. Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.1.15. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.11;
- 12.1.16. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 12.1.18. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.1.19. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.1.20. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.1.21. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.1.22. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.1.23. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.1.24. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.1.25. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.1.26. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.1.27. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do orçamento de 2024:

04.122.0002.2130.3.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

04.122.0002.2141.3.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O resultado da presente da contratação será divulgado no quadro de avisos oficial da Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Francisco Sá.





# **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ**

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

14.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá/MG, Estado de Minas Gerais.